



Sujeitos ambulantes em Salvador e Brasília (fotos do autor)

Sujeitos ambulantes: pistas para uma nomadologia urbana¹

Wandering subjects: clues to an urban nomadology

Gabriel Schvarsberg*

Resumo:

A partir de críticas a formas de representação da cidade baseadas em categorizações estanques que subtraem do espaço sua dimensão temporal, o estudo experimenta uma cartografia da cidade nômade, implicando tempo e espaço na investigação de uma potência própria do movimento. Um percurso teórico-prático encontra nas ruas sujeitos ambulantes que, compreendidos enquanto aliados da pesquisa, sugerem em suas trajetórias pistas para o que poderíamos chamar de uma nomadologia urbana.

Palavras chave: Tempo; Espaço; Movimento; Cidade Nômade; Sujeitos Ambulantes; Nomadologia Urbana.

Abstract:

Starting from critics of ways of representation of the city based on rigid categorizations that subtract the temporal dimension of spaces, the study experiences a cartography of the nomadic city, implying time and space on an investigation of a particular potency of movement. A theoretical and practical journey finds on streets wandering subjects that can be understood as allies of the research, from whose path suggest clues to what might be called an urban nomadology.

Keywords: Time; Space; Movement; Nomadic City; Nomadology; Wandering Subjects.

¹ Este artigo foi produzido com base nas reflexões que integram a dissertação de Mestrado “Rua de contramão: o movimento como desvio na cidade e no urbanismo”, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/FAUFBA).

* Arquiteto e urbanista, mestre em urbanismo/processos urbanos contemporâneos pela Universidade Federal da Bahia e pesquisador integrante do Laboratório Urbano (PPGAU/FAUFBA). E-mail: gabrielsberg@gmail.com. Endereço postal: Av. Sete de Setembro 2022, ap. 1102 - Vitória. Salvador, Bahia. CEP: 40080-002.

Me llaman el desaparecido
Que cuando llega ya se ha ido
Volando vengo, volando voy
Deprisa deprisa a rumbo perdido
Cuando me buscan nunca estoy
Cuando me encuentran yo no soy
El que está enfrente porque ya
Me fui corriendo más allá
Me dicen el desaparecido
Fantasma que nunca está
Me dicen el desagradecido
Pero esa no es la verdad
Yo llevo en el cuerpo un motor
Que nunca deja de rolar
Yo llevo en el alma un camino
Destinado a nunca llegar
(Manu Chao)

Tempo, espaço e movimento

As cidades parecem ser tradicionalmente investigadas e compreendidas no campo urbanístico segundo uma grande lente que poderia, simplificada, ser chamada de cidade sedentária. Planejadores e urbanistas têm historicamente subjugado a dimensão processual das dinâmicas urbanas, ou a própria dimensão do tempo, a abordagens exclusivamente espaciais. Tal escolha rebate-se invariavelmente em práticas urbanísticas que desenham e ordenam uma espécie de espaço estanque, como se capturado num instante eterno, de onde resultam projetos e mapas que definem e classificam, com precisão, onde e como os usos urbanos se distribuem no espaço. A cidade e seus habitantes são assim tabulados espacialmente por categorizações analíticas segundo a lei (formal e informal), segundo a distribuição de renda (pobres, classe média, ricos), segundo acesso a bens e serviços (incluídos e excluídos), para citar apenas as mais populares.

Promove-se a partir dessas práticas a replicação de um modelo de representação da cidade onde o espaço não contém o tempo, e o movimento se perde, ou parece não ter importância. Talvez esta escolha decorra da grande dificuldade que se tem em incorporar a temporalidade dos processos urbanos nas estratégias de sua compreensão, o que demandaria uma maior complexificação daquelas habituais categorias e métodos de análise. Ou talvez por que o enfrentamento do tempo exija que nos deparemos com as indeterminações e, conseqüentemente, com os limites do controle, o que coloca em evidência o caráter circunstancial e efêmero (ainda que longo em determinados

contextos) das geografias de poder – incluídos o poder técnico sobre o projeto/planejamento e o poder político sobre o *socius* e o urbano.

Este artigo busca partilhar uma tentativa de imersão nesses paradoxos, colocando-se criticamente em relação às fixações, categorizações e métodos habituais das chamadas ciências urbanas, por meio da investigação do que poderíamos chamar de uma potência própria do movimento na cidade. Para escapar aos vetores da sedimentação – na cidade e no urbanismo – foi preciso construir outra lente, outro modo de olhar a cidade que implicasse tempo e espaço na experiência do movimento. A esta experiência outra chamamos de cidade nômade. Para explorá-la foram descartadas as fotos de satélite, as visões do alto, distantes e pretensamente neutros da cartografia convencional, optando-se pelo engajamento do pesquisador em uma cartografia ao nível do chão, em movimento e em contato com o outro, construindo também aí um posicionamento ético-político. Mais do que elaborar mapas de espaços, buscou-se cartografar práticas de espaço-tempo. As ruas, espaços de movimento e públicos, constituíram o campo de investigação, especialmente as ruas centrais, entendidas não tanto como o lugar do encontro, mas da colisão² entre as forças variadas que povoam os processos urbanos contemporâneos.

Nas ruas de Brasília e Salvador a cartografia da cidade nômade deparou-se com um grupo heterogêneo de sujeitos que carregam em comum o fato de realizarem suas atividades cotidianas em movimento. São indivíduos que, agindo num regime de visibilidade variante, geralmente num limiar entre o legal e o ilegal, o padrão e o desvio, trabalham, habitam, sobrevivem, se expressam ou simplesmente se deslocam pelas ruas de maneira marginal, onde o movimento converte-se num instrumento tático para escapar dos padrões dominantes de uso dos espaços, das determinações do mercado sobre o trabalho e o habitar ou de dispositivos de fiscalização e repressão.

Estes sujeitos ambulantes converteram-se nos principais aliados da investigação, e a tentativa de incorporação de suas táticas e artimanhas nos procedimentos da pesquisa sugere pistas para o que podemos chamar de uma *nomadologia urbana*. Trata-

² A ideia de colisão, mais interessante que a de “encontro”, foi sugerida por Marcus Vinícius Faustini no XIV ENANPUR, na mesa “Dimensões da experiência: espaço público, alteridade e lugar”. Pesquisando sobre o significado da palavra, o conceito físico pareceu bastante oportuno: “Colisão é um evento no qual dois ou mais corpos em movimento exercem forças relativamente fortes entre si, por um tempo relativamente curto”. Sendo a colisão “elástica”, aquela em que os corpos conservam sua energia após o choque, a *colisão inelástica*, mais comum e também mais interessante para a analogia buscada aqui, é aquela em que parte da energia dos corpos é alterada para outras formas de energia, incluindo uma parte da energia de cada corpo que será incorporada como energia interna dos outros corpos participantes da colisão.

se de uma expressão que pode se referir a um campo de pesquisa – a cidade nômade; a um modo de pesquisar – uma cartografia do movimento que co-implica tempo e espaço; e também a um tipo de prática cotidiana que instrumentaliza o movimento a seu favor. Seria o caso de falar em operações – operações práticas, operações teorizantes – que em determinados momentos se confundem, coabitando uma mesma experiência etnológica. São operações fluidas de contaminação onde uma arte de fazer do cotidiano transmuta-se em uma arte de fazer teoria (CERTEAU, 2009).

O que se apresenta a seguir constitui um conjunto de reflexões, na forma de proposições abertas, para a prática de uma nomadologia urbana. De modo algum pretendemos esgotar o assunto, mas apenas sugerir alguns tópicos considerados relevantes para um esboço inicial sobre esse modo de operar na cidade. Não há, pois, qualquer tentativa de delinear seus contornos ou estabelecer seus limites, mas simplesmente destacar vetores para uma crítica do pensamento urbano que emergiram das pistas deixadas pelo rastro do acoplamento cartográfico a alguns desses sujeitos ambulantes em seus desdobramentos teórico-metodológicos³.

Inversões necessárias (ou sobre como olhar a cidade nômade)

As limitações de abordagens do urbano pela lente da cidade sedentária se evidenciam quando o espaço em questão é a rua. Atividades facilmente encontradas em ruas centrais⁴ como a dos camelôs vendendo produtos ordinários e baratos, bancas de alimentos ou pontos de jogo do bicho, e outras que, por estarem sempre em movimento, são menos visíveis como as de catadores e vendedores ambulantes, mostram uma cidade “informal” contaminando a cidade “formal”, produzindo espaços impuros, difíceis de categorizar segundo uma única lógica. Vemos não uma cidade estanque cheia de partições, limites e segregações, mas uma cidade em movimento com estratos superpostos em variadas velocidades e intensidades, onde se dissolvem as

³ Em virtude do objetivo do artigo, optei por não inserir no texto narrativas empíricas, denominadas no âmbito do estudo de narrativas cartográficas, realizadas a partir do encontro do pesquisador com sujeitos ambulantes nas ruas. Ainda assim, o trabalho de campo permeia todo o texto, como que povoando de modo oculto suas entrelinhas. As narrativas cartográficas podem ser lidas na dissertação de mestrado “Rua de contramão: o movimento como desvio na cidade e no urbanismo”, ver Schvarsberg (2011). Trechos videográficos das narrativas cartográficas podem ser vistos no sítio <<http://ruadecontramao.wordpress.com/>>.

⁴ São consideradas aqui tanto as ruas de centros tradicionais (de comércios e serviços), quanto ruas de bairros residenciais centrais – de alta densidade, concentradores das rendas média e alta e dotados de infraestrutura e acesso a bens, serviços e equipamentos públicos.

representações cristalizadas da cidade sedentária e exclusão e inclusão, público e privado, formal e informal, se embaralham, formando embaçadas e flutuantes “zonas de indiscernibilidade” (DELEUZE ; GUATTARI, 1992).

É neste contexto em que a lente da cidade nômade dirige-se a tudo aquilo que está em movimento entre aquelas categorias tradicionais e territórios sedentarizados. Ganham importância as dinâmicas e transformações materiais e humanas ao longo do tempo. Não se trata, no entanto, apenas daquele tempo histórico, longo, mas também daquele tempo utilizado para caminhar do início ao fim de uma rua, passar de uma rua a outra, desenhar percursos, ou então de um tempo oportuno, como aquele que um camelo dispõe para desmontar sua barraca antes que seja capturado pela fiscalização.

Se inicialmente a aproximação à ideia de nomadismo decorre de uma associação simples ao foco dessa lente – o movimento –, num segundo momento esta noção revelou-se portadora de um nível maior de complexidade, pois aponta para um entendimento da noção de nomadismo ao nível das potências, agindo também enquanto instrumento crítico aplicável a graus variados de sedimentação ou sedentarização do pensamento e dos discursos, dos protocolos metodológicos, das ações cotidianas na cidade e das práticas urbanísticas.

O conceito desenvolvido por Deleuze e Guattari (1997) em seu tratado de nomadologia, ao qual nos aproximamos aqui, distancia-se de um nomadismo romântico que, segundo uma perspectiva evolucionista, remeteria a uma condição histórica anterior à sedentária. Este seria antes uma potência que se constitui a partir de outra lógica que não a identitária, do modelo ou da propriedade. Esta outra lógica coloca-se em posição de diferença a uma lógica de Estado, ampliada a suas réplicas simbólicas encontradas em grupos e instituições de toda espécie. A lógica de Estado seria aquela da interiorização, ao passo que a lógica nômade é a da exterioridade, como explicam os autores:

A forma de exterioridade do pensamento não é de modo algum uma outra imagem que se oporia à imagem inspirada no aparelho de Estado. Ao contrário, é a força que destrói a imagem e suas cópias, o modelo e suas reproduções, toda possibilidade de subordinar o pensamento a um modelo Verdadeiro, do Justo ou do Direito [...]. Um povo ambulante de revezadores, em lugar de uma cidade modelo. (DELEUZE ; GUATTARI, 1997, p. 47)

Tal forma de pensamento da interioridade, pela formulação de modelos e sua replicação parece, sem dúvida, caracterizar o pensamento urbanístico desde sua formação como campo disciplinar. A práxis urbanística talvez só seja de fato compreendida enquanto acoplamento a uma forma Estado, atuando somente através da mediação de seu aparato – jurídico, administrativo, modo de organização hierárquica. Mas seguirá limitando-se a esses condicionantes? É no sentido de tensionar esses limites que a inserção do pensamento nômade no campo urbanístico surge como instrumento que busca desligar-se e transpor esses contornos. Não seria o caso de buscar outros espaços, mas investir em outras possibilidades de investigação dos mesmos espaços, das mesmas dinâmicas, mas com outras lentes, escapando às categorias sedimentadas e recorrendo à construção incessante de novas ferramentas de ação. Pode-se pensar, portanto, na infiltração de uma *nomadologia urbana* no campo do urbanismo.

Os filósofos propõem que a existência nômade realiza um modo singular de se relacionar com o espaço que não seria simplesmente o movimento de vagar sobre a terra *ad infinitum*. Haveria, segundo os autores, uma distinção entre um caminho sedentário que “consiste em *distribuir aos homens um espaço fechado*, atribuindo a cada um sua parte, e regulando a comunicação entre as partes” e um trajeto nômade que, ao contrário, “*distribui os homens num espaço aberto*, indefinido [...]” (DELEUZE ; GUATTARI, 1997, p. 51; grifos originais). Assim, o modo sedentário, segundo a lógica de Estado, seria o do “estriamento” do espaço por muros, cercados e caminhos entre os cercados; pela subordinação dos fluxos a condutos onde se pode controlar os movimentos; “fazer valer uma “zona de direitos” sobre todo um exterior” (Idem, p. 59). O modo nômade, por sua vez, alisa o espaço, que fica “marcado apenas por traços que se apagam e se deslocam com o trajeto.” Num caso “mede-se o espaço a fim de ocupá-lo” e no outro “ocupa-se o espaço sem medi-lo” (Ibid., p. 25).

Se as práticas urbanísticas tomam geralmente por referência a organização dos pontos fixos da cidade e seus canais de comunicação – edificações, espaços edificáveis, parques, praças, etc. –, uma *nomadologia urbana* estaria mais interessada nos trajetos humanos, suas operações sobre o terreno, suas formas de espacialização, relações de arranjos, considerando-os sempre provisórios, inclusive as maneiras com que se relacionam com os pontos fixos.

Entretanto, a pista fundamental para uma nomadologia urbana, crítica às determinações capitalísticas sobre as cidades parece despontar quando os autores ancoram essas diferentes formas de produzir espaços nas relações com a terra. Assim, explicam que, se no caso sedentário esta relação estará sempre mediatizada pelo aparelho de Estado, por meio de um regime de propriedade, no caso nômade “a terra se desterritorializa ela mesma de modo que o nômade aí encontra um território. A terra deixa de ser terra [lote, terreno, bem, propriedade] e tende a tornar-se simples solo ou suporte” (Ibid., p.53). Neste sentido, o nômade urbano pode ser identificado como aquele que imprime em sua territorialidade outros significados à terra, desviando do regime de propriedade ao qual não tem acesso (ou este é limitado) e sobre o qual as ações do planejamento urbano se fundamentam. Se a terra urbana é, desse modo, significada em *propriedade* na cidade sedentária (e no urbanismo), este é desviado e ressignificado como *suporte para a ação* na cidade nômade (e numa nomadologia urbana).

O solo urbano converte-se em simples suporte quando, por exemplo, em contextos variados, coexiste no espaço da rua uma heterogeneidade de trajetórias instaurando o que podemos chamar de um Estado de rua, isto é, um agenciamento de dinâmicas sociais entre si e com o espaço permeadas não pelo Estado, mas por uma política própria da rua capaz de se auto-organizar em seus conflitos e disputas por espaço, possibilitando a constituição de novas cartografias de poder. É, sobretudo, nos intervalos em que os dispositivos de controle do Estado estão ausentes para garantir o poder do capital e da propriedade, que os arranjos compostos por trajetórias ambulantes podem inverter dinâmicas de poder aparentemente estabelecidas na cidade sedentária, apontando para a impossibilidade de se governar completamente o urbano e evidenciando uma potência própria do movimento.

Esta redefinição pode ser compreendida criticamente no contexto das alianças contemporâneas e neoliberais entre Estado, mercado e mídia de massa, responsáveis pela manutenção das hegemonias consensuais para o desejo e consumo da terra como propriedade. Neste sentido, incorporar o tempo no discurso sobre o espaço e nos modos como este é imaginado coletivamente torna-se uma ação política necessária.

Sujeitos ambulantes, sujeição e invenção

Seria possível então falar de uma categoria subjetiva de ambulantes urbanos? Catadores, vendedores ambulantes, moradores de rua, “bicicleteiros”⁵, ou o mais simples pedestre. Um conjunto heteróclito de sujeitos apresentados aqui por arquétipos comuns, mas que a partir de uma aproximação revelam uma miríade de diferenças e singularidades. Pode ser válido recorrer à noção de sujeito como proposta por Giorgio Agamben:

Sujeito seria o que resulta do corpo-a-corpo, da relação entre os homens e os dispositivos. Não há dispositivo sem processo de subjetivação. Sujeito teria então um duplo significado: de uma parte, é o que leva um indivíduo a ligar-se e a assumir uma individualidade, uma singularidade; mas também significa, sujeitamento a um poder externo. (AGAMBEN, 2009, p. 40-41)

Em sentido complementar, Ana Clara Torres Ribeiro (2010) traz a figura do “sujeito corporificado”, apontando para a necessidade de se superar leituras reprodutoras de um discurso reificador da existência e das práticas sociais na cidade. Em sua experiência singular o “sujeito corporificado”, está constantemente envolvido em jogos onde estão implicados “a fala e o gesto, a acomodação e a insubordinação, a manipulação de classificações sociais e a ação que se desenvolve nas fronteiras entre o visível e o invisível” (RIBEIRO, 2010, p. 31). Para a autora, no momento em que desafia as formas de controle e a burocratização da existência, o sujeito corporificado “alcança o direito à definição de sua forma de aparecer e acontecer.” Transforma-se a si mesmo em “acontecimento, onde e quando são esperados o seu silêncio e o apagamento de sua individualidade.” (Ibid., p. 32)

Movimentando-se entre sujeição e individuação, visibilidade e invisibilidade, os sujeitos ambulantes e corporificados nas ruas desviam e atualizam usos e significados

⁵ Por “bicicleteiros” refiro-me ao ciclista comum, que se desloca por bicicleta em seu cotidiano disputando espaço nas ruas com outros veículos, diferente do ciclista “atleta” ou “de fim de semana” que busca ciclovias, parques e orlas para treinar ou fazer esporte. É claro que não há uma distinção precisa entre “categorias” de ciclistas. Assim, o ciclista atleta pode também ser bicicleteiro, mas nem todo bicicleteiro é atleta. Grande parte dos bicicleteiros das grandes cidades são indivíduos de renda baixa, com bicicletas simples, que utilizam este veículo como alternativa ao caro e ineficiente transporte público. Talvez parte deles deseje um automóvel. Cresce também o número de bicicleteiros de renda média e alta, que escolhem a bicicleta como meio de transporte, mesmo possuindo ou podendo adquirir um automóvel, defendendo a legitimidade deste modo alternativo de deslocamento.

da terra, convertendo-a em suporte para atividades múltiplas, ainda que conflitantes⁶. Tais atividades, vistas em conjunto, mas compreendidas em sua heterogeneidade, configuram uma fina camada (imperceptível para alguns olhares demasiadamente encapsulados) que não é exterior, nem paralela aos usos consensuais da cidade, mas infiltra-se nesses, dotada de uma mobilidade e artimanhas próprias, em movimentos oportunistas de entrada e saída. São práticas marginais que constituem assim alternativas, seja por que são de fato ilegais ou porque não obedecem a princípios morais sedimentados na sociedade, mas que resistem a pressões e repressões por meio de embates e conflitos, ou simplesmente desviam, tornam-se invisíveis, e assim lutam pelo direito de existir.

A espacialização desse recorte ambulante da cidade, diferentemente de outras situações usualmente interpretadas como informais, como as favelas ou agrupamentos de camelôs⁷, não envolve tanto a ideia de construção de um lugar, de um espaço diferenciado, mas de territorialidades. Estas são facilitadas, geralmente, por um componente técnico, ou “uma tecnicidade que enfrenta engenhos da ação dominante” (RIBEIRO, 2010), mesmo que de forma precária. São artefatos desmontáveis e transportáveis, como suportes, barracas ou veículos que possibilitam tanto o deslocamento quanto o desenvolvimento de suas atividades, expressões de uma singular política de habitabilidade dos espaços públicos, e mais especificamente da rua. Constrói-se um instrumental flexível, criado para enfrentar barreiras e normas, ocupar os espaços vazios ou aqueles de tráfego intenso.

Para a política de subjetivação dominante, trata-se de reduzir a inventividade dos atos desses sujeitos a apenas mais uma das camadas do chamado “caos urbano”, de modo que suas trajetórias acabam por somar-se ao imenso substrato de um corpo social invisível para a cidade sedentária. Mas estas mesmas trajetórias são também simultaneamente produtoras de uma fluida constelação de forças que, agindo conforme

⁶ Considerando-se o atual grau de dominação da circulação automotiva sobre o espaço das ruas, podemos pensar que os automóveis particulares convertem-se em “lotes em movimento” acarretando uma privatização das ruas e subtração de espaço ao âmbito público, o que intensifica ainda mais o regime de propriedade da terra urbana.

⁷ “Camelô” é a denominação popular do comércio informal de rua em várias cidades do Brasil: aquelas bancas, geralmente desmontáveis, que constituem ponto fixo (ainda que carregado de provisoriedade) e que majoritariamente apresentam-se em agrupamentos nos locais de grande circulação de pedestres. Apesar de seu caráter fixo e de “ponto”, são chamados também de comércio ambulante. Os vendedores ambulantes mencionados aqui são de fato ambulantes. Não constituem pontos, mas percursos.

uma política da rua e do cotidiano, transformam e subvertem a seu favor aspectos objetivos e subjetivos da paisagem da cidade nômade.

Lentidão como cultura menor

Sujeitos ambulantes parecem estabelecer uma relação muito particular entre tempo, movimento e espaço que seria interessante explorar. Eles são antes de tudo lentos, mas não há nenhuma proximidade com um sedentarismo aqui. Trata-se de uma lentidão relativa: a fala rápida do camelô e a agilidade das manobras de vendedores ambulantes não estão com a velocidade, mas com a lentidão. O “homem lento” (SANTOS, 2008) nas ruas cada vez mais congestionadas, pode ser mais rápido do que um automóvel. Bicicleteiros e motociclistas, por sua esbelteza e velocidade potencial, maior que a dos pedestres, acabam saindo-se melhor na disputa com automóveis, mas difere entre os dois o tipo de engajamento corporal na ação – tração humana dos primeiros, tração mecânica do segundo. Mesmo cada vez mais vagaroso, é o automóvel, assim como a motocicleta (esta ainda rápida), e todo o conteúdo simbólico que os envolvem que estão associados ao imaginário da velocidade e da aceleração.

Assim, é preciso estabelecer algumas distinções. A lentidão para Milton Santos não se opõe à rapidez, mas à “vertigem” da aceleração contemporânea (SANTOS, 2008). Disto resulta que ela não seria uma qualidade da ação nos tempos racionalizados dos fluxos econômico-simbólicos globalizados, apesar de relacionar-se com eles. Ao contrário, remeteria a temporalidades outras, mais ligadas à riqueza da experiência eminentemente corporal de um movimento que tece relações menos mediatizadas com o espaço. A vertigem, por sua vez, seria a experiência nos tempos da aceleração, tempo métrico do imaginário técnico-científico do progresso e da velocidade. Uma experiência extensiva, mais do que intensiva, e com níveis de mediação (mais capsulares) onde os corpos (mais adormecidos) deslocam-se na velocidade mecanizada e da tecnologia da informação.

Milton Santos defende que na lentidão dos pobres, habitando os espaços opacos das cidades, existe uma riqueza que levaria a uma inversão da ideia de que os ricos, detentores da velocidade, seriam os fortes. Para o geógrafo, os “homens lentos”, por experimentarem a cidade, aparentemente de forma menos encapsulada, com menor

mediação, “acabam sendo mais velozes na descoberta do mundo” (SANTOS, 2008, p.80).

Creio que na cidade, na grande cidade atual, tudo se dê ao contrário. A força é dos “lentos” e não dos que detêm a velocidade [...]. Os que, na cidade, têm mobilidade – e podem percorrê-la e esquadrihá-la – acabam por ver pouco da Cidade e do Mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é sua perdição. [...] Os homens lentos, por seu turno, para quem essas imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações. (SANTOS, 2008, p. 80)

No entanto, as políticas de subjetivação mercantis vêm conquistando novos territórios, penetrando os espaços opacos e já não distinguem mais classes. Não se pode mais dizer que a “comunhão com as imagens” seja privilégio dos que têm poder financeiro. Por vezes, a força de modelização é até mais cruel com os homens lentos de Santos, que terminam por sujeitar-se à alienação das imagens e à escravidão do crédito para alcançar também a modernidade prometida. Talvez seja preciso, na atual complexidade dos processos contemporâneos, desvincular os homens lentos de uma estratificação econômica e pensar a lentidão como prática de uma *cultura menor*⁸, no sentido da elaboração de processos de singularização em meio a dispositivos de sujeição generalizantes.

Seria o caso de pensar numa coexistência de vetores na economia coletiva dos desejos. Não se trata de dissipar diferenças entre estratos sociais, mas de se pensar que entre uns e outros, na elaboração de suas subjetividades há processos de sujeição e de singularização, vontade de lentidão e vontade de aceleração. O que nos leva a pensar que praticando a lentidão, sujeitos ambulantes possuem acima de tudo uma pulsão desviante. Desviam de objetos e de fluxos, de dispositivos objetivos, mas também subjetivos e, ao contrário de uma *velocidade* movida à tecnologia, engajam-se em *movimentos* apoiados por técnicas alternativas, geralmente segundo a lógica da gambiarra. Com esse instrumental, encontram uma autonomia relativa para criar suas próprias entradas e saídas no jogo de forças do espaço urbano.

⁸ Aqui preferimos utilizar o termo “menor” ao invés de “popular”, que está por demais associado às expressões regionais e vernáculas, sendo inclusive alvo de políticas públicas específicas. A ideia de menor aqui não se refere a uma questão de escala (ainda que às vezes também se aplique), mas aproxima-se do sentido colocado por Deleuze e Guattari quando falam da literatura de Kafka como uma literatura menor: “Uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior” (DELEUZE ; GUATTARI, 1977, p. 25).

Sobre a prática do desvio

Pensemos então: Sujeitos ambulantes realizam suas atividades em movimento. Este movimento é qualificado numa temporalidade que não é a da velocidade, mas da lentidão. Esta lentidão no movimento é instrumento para o desvio. Mas desvio de quê e o que podemos entender por desvio?

Recorrendo novamente a Agamben, falaríamos de desvios de dispositivos que de modo geral “orientam, capturam, determinam, interceptam, modelam gestos, condutas, opiniões e discursos” (AGAMBEN, 2009). Sem dúvida, não é possível apontar um “inimigo”, o que nos leva a pensar em escalas variadas de desvio: desvio da cidade funcional, ou da separação entre circular e realizar outras atividades simultaneamente, assim como desvio da hegemonia motorizada da circulação urbana; desvio de um emprego formal, ou do desemprego; desvio de fiscalização ou repressão no caso de atividades não formalizadas ou marginalizadas; desvio de padrões e de consensos; ou simplesmente desvio de obstáculos concretos.

É preciso ter claro, entretanto, que mesmo desviando de alguns dispositivos, estes indivíduos permanecem sujeitados a outros ou ligam-se a novos, como os atravessadores, fornecedores e compradores do “circuito inferior” da economia (SANTOS, 2004), no caso de catadores de recicláveis e vendedores ambulantes; ou o imaginário estabelecido do “estado de direito” do automóvel sobre o espaço das ruas; e ainda os próprios artefatos técnicos que utilizam para facilitar suas atividades, que lhes determinam também limites.

Entre as variadas possibilidades de desvio, parece sobressair nas práticas de sujeitos ambulantes um procedimento comum: o desvio de função. Este tipo de desvio relaciona-se aos objetos e espaços no que diz respeito aos seus usos previstos. Kasper (2006), ao investigar a ação de “habitar a rua”, aponta o protagonismo da prática do desvio de função, uma operação “pela qual o uso previsto para os lugares, objetos, e até as instituições, é subvertido” (KASPER, 2006, p. 14).

Os situacionistas⁹ eram determinados defensores desta modalidade de desvio e explicavam, por exemplo, que a natureza de suas práticas consistia não na produção de

⁹ Grupo artístico europeu liderado por Guy Debord que atuou entre 1956 e 1969. A Internacional Situacionista teve papel fundamental na agitação política que culminou nas revoltas de Maio de 1968 na França. Os Situacionistas criticavam a culturalização da mercadoria e do urbanismo enquanto ideologia capitalista, processos responsáveis por transformar os habitantes das cidades em meros espectadores da vida convertida em espetáculo. Os situacionistas propunham, ao contrário, uma retomada dos espaços

objetos e obras, mas em seus usos desviantes: “não pode haver pintura ou música situacionista, mas um uso situacionista desses recursos” (INTERNACIONAL SITUACIONISTA [1958], 2003, p. 66). Num boletim Situacionista, Kotányi e Vaneigem defendiam um programa de trabalho *à luz do desvio* no urbanismo:

O exercício elementar da teoria do urbanismo unitário¹⁰ será a transcrição de toda mentira teórica do urbanismo, desviado no intuito de desalienar: a cada instante temos de nos defender da epopeia dos trovadores do condicionamento, temos de inverter-lhes os ritmos. (KOTÁNYI e VANEIGEIM [1961], 2003, p. 141)

Neste caso, contra os condicionamentos promovidos por um urbanismo totalizador, os situacionistas, sem qualquer credencial, conferem a si mesmos (e a qualquer um) o direito de fazer outro tipo de urbanismo sobre aquele que se impõe sobre a vida dos cidadãos, desviando e invertendo suas determinações.

Guy Debord, o principal teórico dos Situacionistas, oferece-nos em seu “Sociedade do Espetáculo” uma definição simples e clara deste tipo de desvio, que define como a linguagem fluida da anti-ideologia. Para ele, “o desvio é o contrário da citação”, ou seja, não se trata de reproduzir ou utilizar algo pré-produzido a fim de legitimar uma autoridade, ou uma condição autoral que reforça a ideia de propriedade, mas de apropriar-se como quiser, piratear, resignificar. Debord defende ainda que o desvio é aquele que desmente toda autonomia durável, “ação que perturba e varre toda ordem existente” (DEBORD, 1997, p. 134). O desvio reivindica da propriedade sua contínua abertura à apropriação pelo uso; das funções e ideias, a contínua possibilidade de atualização; dos condicionamentos, a possibilidade de variações e inversões; das rotas pré-determinadas, a emergência de rotas de fuga.

urbanos através da criação de situações, como forma de desalienação coletiva ante a espetacularização generalizada. Ver Jacques (2003).

¹⁰ A ideia de Urbanismo Unitário surge como uma crítica clara ao urbanismo funcionalista da Carta de Atenas, que separava a cidade por funções, mas também à separação dos saberes e à exclusividade da construção da cidade por um saber especializado. Numa de suas definições, os Situacionistas descrevem o Urbanismo Unitário como a “teoria do emprego conjunto de artes e técnicas que concorrem para a construção integral de um ambiente em ligação dinâmica com experiências de comportamento”. (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2003, p. 65)

Ocasão, disfarces, invisibilidade

Os praticantes de desvios parecem desenvolver um conhecimento específico que se ganha na própria experiência. Aprende-se na tentativa e no risco. Detienne e Vernant (apud Certeau, 2009) associam este tipo de conhecimento ao que os gregos chamavam de *métis*, as “astúcias da inteligência”¹¹:

[...] uma forma de inteligência sempre mergulhada numa prática onde se combinam faro, sagacidade, conhecimento antecipado, flexibilidade intelectual, ‘finta’, desenvoltura, atenção vigilante, senso de oportunidade, habilidades diversas, uma experiência longamente adquirida. (Ibid., p.145)

A *métis*, este saber-fazer envolvido na prática do desvio, estabelece relação com três elementos fundamentais, segundo Certeau (2009): a *ocasião*, os *disfarces* e uma paradoxal *invisibilidade*.

De um lado, a *métis* conta com o ‘momento oportuno’ (o *kairós*) e o aproveita: é uma prática temporal. De outro, multiplica as máscaras e metáforas: é uma prática de dissolução do lugar próprio. Enfim, desaparece no seu próprio ato, como que perdida no que faz, sem espelho para representá-la; não tem imagem própria. [...]

Nas práticas ambulantes, o movimento é a ferramenta que conecta esses três elementos. É o movimento que faz surgir as oportunidades (clientes, objetos de valor, passagens proveitosas, pequenos ganhos, relações afetivas), assim como é ele que contribui muitas vezes para a dissolução do próprio, geralmente associado, na lógica sedentária, à fixação. “A *métis* aponta para um tempo acumulado, que lhe é favorável, contra uma composição de lugar, que lhe é desfavorável” (CERTEAU, 2009, p. 146). Além disso, sua realização na lentidão e no espaço liminar da sarjeta produz uma ação perdida num tempo outro e num espaço intermediário de definições imprecisas, que escapa ao alcance da velocidade motorizada ou mesmo à circulação funcionalizada dos pedestres, conquistando aí sua invisibilidade.

A configuração de um próprio, mesmo que em condições ilegais ou semilegais como a dos camelôs tem implicações mais complexas na cadeia institucional-

¹¹ DÉTIENNE, Marcel; VERNANT, Jean-Pierre. *Les ruses de l'intelligence*. La *métis* des Grecs. Paris: Flammarion, 1974.

mercadológica. Adentra-se no campo da lei, do uso e do valor do solo, das regulamentações e normas técnicas que de maneira geral, exigem um capital inacessível a grande parte da população, o que inviabiliza essas práticas pelas vias legais. Com isso, a fixação num ponto (um próprio), como fazem os camelôs, estará sujeita a fiscalizações contínuas, pagamentos de propinas à corrupção estatal, submissão a redes de poder e controle de territórios por máfias locais, etc. que colocam esta atividade num patamar de exigência de capital já elevado, constituindo uma posição intermediária entre um comércio fixo legalizado e um comércio ambulante (de fato). Emergem aí as artimanhas desses sujeitos ambulantes que desviam desses dispositivos com seu saber-fazer que sabe aproveitar as ocasiões, lançar mão de disfarces e quando necessário ganhar certa invisibilidade.

Habitar a sarjeta

Até aqui associamos as práticas de sujeitos ambulantes eminentemente ao espaço das ruas. Mas seria possível considerar, no âmbito da cidade nômade, a constituição de um espaço singular, pertencente ao espaço da rua, mas diretamente relacionado com as práticas ambulantes. Ou seja, não seria um espaço que exista de forma autônoma, mas que se constituiria a partir de um tipo particular de uso das ruas. Podemos chamá-lo de espaço da sarjeta. Resignificar a sarjeta enquanto espaço de uso, exige que esta se desvincule de seu significado puramente funcional, isto é, um elemento físico de drenagem urbana, e se aproxime daquele significado simbólico de expressões populares como “cair na sarjeta” ou “rolar na sarjeta”. O que propomos é uma inversão de sentidos, ou que se preencham essas expressões com novos significados.

É no *intermezzo* entre a calçada dos pedestres e a pista dos veículos, mas sendo parte também desses espaços, que a experiência espacial da sarjeta se efetiva. E talvez seja pela expansão do espaço da sarjeta, um espaço elástico, que os sujeitos ambulantes carreguem consigo a capacidade de ativar estados de rua por onde passam. É através deste espaço, construído passo a passo em trajetórias desviantes, que atividades marginais, opacas e lentas são capazes de se infiltrar, mesmo nos espaços mais luminosos das cidades, construindo efêmeras, mas, insistentes rugosidades humanas que, no exercício de uma política da rua, promovem desacelerações nos fluxos hegemônicos do capital e do progresso.

Diferentemente dos modelos de cidade e de ruas promulgados pelas mais badaladas vertentes do planejamento urbano contemporâneo, a sarjeta talvez se aproxime mais à imagem de um vírus, ao mesmo tempo escapando, penetrando e se proliferando através das porosidades existentes naquele ponto de encontro das práticas do planejamento com as práticas do cotidiano. Nos termos da genealogia de Foucault (1998), a sarjeta simbolizaria a própria “anti-ciência” que mobiliza aquele saber local, não legitimado, para questionar os efeitos do saber científico do urbanismo enquanto dispositivo de poder sobre a experiência da rua. Sobre o projeto destas “genealogias desordenadas e fragmentárias”, Foucault diz que devem transfigurar-se em táticas que, a partir da discursividade local, ativariam e libertariam da sujeição os saberes históricos, menores, tornando-os capazes de oposição e luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal, científico (FOUCAULT, 1998, p. 171-172).

Este vírus, que invade o modelo para desafiar suas pretensões de controle, abriga o componente destabilizador das ruas, povoado – sempre de modo temporário – por tudo o que está fora do script sacramentado pelo conjunto de dispositivos reguladores da cidade. É a instauração desse espaço que fará com que os usos e significados compartimentados nas ruas colidam e disputem posições. Este espaço, componente da cidade nômade, reivindica a ingovernabilidade do urbano permitindo que a rua invente e opere sua própria política.

Trilhando uma nomadologia urbana

Para desviar de um urbanismo de sujeito oculto e de pretensa neutralidade, onde a fixidez do espaço neutraliza também o movimento, uma nomadologia urbana não poderia abdicar da busca de trajetórias no espaço e da explicitação desses sujeitos. Uma nomadologia pressupõe o nômade, enquanto sujeito da ação. Mas o sujeito encontrado nesta investigação não habita o deserto ou a estepe, e sim a cidade contemporânea com todos os seus paradoxos, superposições de fluxos e processos de subjetivação. Paradoxos que ao atravessar sujeitos que constroem suas próprias alternativas, fazem pular intensidades de exterioridade aos padrões culturais dominantes, bem como os mais elementares desejos de consumo capitalistas. Desse modo, o nômade só existirá enquanto potência, uma pulsão que faz emergir a força de desvio do movimento, mas que se dissipa tão facilmente como surge. Poderíamos pensar na figura do andarilho,

que parece surgir no campo da representação, do imaginário. Seria assim uma imagem repleta de significações externas, que decorre também, em alguns casos, da construção de um personagem pelo próprio sujeito como estratégia de sobrevivência – material ou psíquica. Mas o sujeito ambulante é impuro e nebuloso, nômade e sedentário, desviante e capturado.

A exploração de outro tipo de cartografia para acessar a cidade nômade mostrou que, ao contrário de todos os esforços atuais para acabar com a rua, seja por meio de sua funcionalização como via expressa, seja por seu esvaziamento decorrente do fenômeno da condominização e da culturalização do medo, ou por sua pastichização cenográfica, mas, altamente homogeneizada e controlada em zonas históricas, a experiência da rua ainda perdura e segue também ela própria desviando desses padrões importados e absorvidos em meio à vertiginosa inserção das cidades brasileiras nos circuitos econômicos globalizados. É possível se pensar então que ainda haja um desejo coletivo, eminentemente urbano, de rua. Essa experiência, ao contrário do que se poderia pensar, é de fácil acesso, bastando apenas que se experimente a cidade com o corpo, ao nível do chão. Esta talvez seja a melhor forma de nos libertarmos das armadilhas das visões, discursos e imaginários que se produzem à distância, nas visões macro e nos informes publicitários, que reduzem a complexidade da vida coletiva a mapas, categorias e leituras planificadas e estanques ou simples imagens rentáveis.

Foi possível assim, em meio ao percurso investigativo, perceber que mesmo ruas localizadas em regiões consideradas normalmente como áreas homogêneas de concentração de renda, esquadrihadas pela cartografia tradicional (caracterização socioeconômica, demografia, estudos censitários, etc.) segundo usos e significados ligados apenas à propriedade do solo, abrigam também usos opacos ali infiltrados pela sarjeta, que não apenas desviam destes padrões de significação como, algumas vezes, produzem inversões incompatíveis com a leitura da cidade sedentária. Assim, a *cidade nômade*, enquanto modo de ver e experimentar a cidade, mostra que a rua em sua ingovernabilidade, onde quer que esteja localizada, encerra a possibilidade de construção de territórios moventes relativamente autônomos em relação aos padrões dos usos legitimados, planejados e fixos do contexto onde se inserem.

Nestas circunstâncias, instauradas no tempo da ação, onde os espaços proprietários são parcialmente suspensos e a terra converte-se em simples suporte, um campo de disputas se instaura fazendo com que os modos de vida hegemônicos se deparem com a diferença. Em meio aos conflitos que emergem nesta “partilha do

sensível” (RANCIÈRE, 2005), ocorrem também acordos tácitos, concessões, vistas grossas, solidariedades, “jeitinhos”, rearranjos, mesmo que provisórios, que caracterizam uma política própria da rua. É neste nível que a cidade nômade mostra que seus espaços-tempos estão abertos, em construção, transformando-se na ação das trajetórias de seus habitantes. Sob esta condição política, é possível que o confronto, não apenas direto, mas também de perspectivas e imaginários, engendre novos arranjos nos usos do espaço que podem ser eternamente conflituosos, mas é precisamente do conflito que pode emergir o novo e a possibilidade de transformação dos sistemas de relações e dos significados impressos no espaço urbano; do que pode ser feito, de quem pode fazer, e do que pertence a quem ou a todos. Seria o caso de continuar na trilha de uma nomadologia urbana.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos. 2009.
- CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 16. ed. Petrópolis: Vozes. 2009.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago Editora. 1977.
- _____. *O que é a filosofia?* São Paulo: Ed. 34. 1992.
- _____. *Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34. 1997. vol.5.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1998. 13. ed. Tradução de Roberto Machado (org.).
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA [1958]. "Definições". In: JACQUES, P. B. (org.) *Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2003.
- JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2003.
- KASPER, Christian Pierre. 2006. *Habitar a rua*. Tese (doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo.

KOTÁNYI, Attila; VANEGEIM, Raoul. [1961]. "Programa elementar do Bureau de Urbanismo Unitário". In: JACQUES, P. B. (org.). *Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2003.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Exo experimental org.;Ed. 34. 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Dança de sentidos: na busca de alguns gestos". In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. (.). *Corporidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA. 2010.

RUADECONTRAMA0 – NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS. Disponível em: <<http://www.ruadecontramao.wordpress.com>>. Acesso em: 28/03/2012

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP. 2004. 2. ed.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008. 5. ed.

SCHVARSBERG, Gabriel. 2011. *Rua de contramão: o movimento como desvio na cidade e no urbanismo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

Data de Recebimento: 01/03/11

Data de Aprovação: 08/06/11

Para citar essa obra:

SCHVARSBURG, Gabriel. Sujeitos ambulantes: pistas para uma nomadologia urbana. RUA [online]. 2012, no. 18. Volume 1 - ISSN 1413-2109

Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade

<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
<http://www.labeurb.unicamp.br/>

Endereço:

Rua Caio Graco Prado, 70
Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Barão Geraldo
13083-892 – Campinas-SP – Brasil

Telefone/Fax: (+55 19) 3521-7900

Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>